

27º EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICAEDITAL Nº 2/2024

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL (QTG)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo 25 (vinte e cinco) questões objetivas e 2 (duas) questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TFMPO

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos 30 (trinta) minutos anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO

SERÁ

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala:
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- Boa sorte!



Com relação à NBC PA 11 — REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A Revisão Externa de Qualidade pelos Pares constitui-se em processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes.
- () O objetivo da revisão pelos pares é avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela firma de auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguração desenvolvidos.
- () A qualidade, nesse contexto, é medida pelo atendimento ao estabelecido nas normas internacionais e, na ausência destas, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V V V.
- (B) V V F.
- (C) V F V.
- (D) F V V.
- (E) V F F.

2

De acordo com a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, a determinação dos honorários a serem cobrados por serviços de auditoria é uma decisão de negócio da firma que leva em consideração os fatos e as circunstâncias relevantes para o trabalho específico. Os fatores relevantes, na avaliação do nível das ameaças de interesse próprio e de intimidação, criados pelo nível dos honorários de auditoria pelo cliente de auditoria, incluem a fundamentação comercial da firma para os honorários de auditoria e a possível imposição de pressão indevida pelo cliente para reduzir os honorários de auditoria.

Um exemplo de ação que pode ser uma salvaguarda no tratamento das ameaças inclui

- (A) a revisão do trabalho executado por revisor apropriado que não tenha participado do trabalho de auditoria.
- (B) a transferência da cobrança pelos honorários às entidades reguladoras.
- (C) a transferência da responsabilidade pelo pagamento dos honorários à pessoa que é independente dos clientes.
- (D) a avaliação do cliente da razoabilidade dos honorários propostos, considerando o alcance e a complexidade do trabalho.
- (E) a utilização de tabela predeterminada com os honorários a serem cobrados pelo serviço, de acordo com as horas trabalhadas.

3

O risco de auditoria, de acordo com a NBC TA 200 (R1) – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA, representa o risco de que o auditor

- (A) não tenha uma atuação independente de acordo com as normas da profissão.
- (B) careça de instrumentos e documentos disponíveis para expressar uma opinião confiável.
- (C) não tenha tempo de executar a auditoria adequada de acordo com a exigência das normas.
- (D) não tenha os conhecimentos adequados para formar uma opinião sem a contratação de especialistas.
- (E) expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

4

Em relação à montagem do arquivo final de auditoria, analise as afirmações a seguir.

- I. O auditor deve montar a documentação em arquivo de auditoria e completar o processo administrativo de montagem do arquivo final de auditoria tempestivamente após a data do relatório do auditor.
- II. Logo após a montagem do arquivo final de auditoria ter sido completada, o auditor pode apagar e descartar a documentação de auditoria.
- III. Quando, em circunstâncias normais, o auditor julgar necessário modificar a documentação de auditoria existente ou acrescentar nova documentação de auditoria após a montagem do arquivo final de auditoria, o auditor deve documentar as razões específicas para fazê-los e quando e por quem foram executados e revisados.

De acordo com a NBC TA 230 (R1) – DOCUMENTAÇÃO DE AUDITORIA, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

De acordo com a NBC TA 240 (R1) – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO À FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, está em posição privilegiada para perpetrar fraudes

- (A) a administração.
- (B) o auditor externo.
- (C) o auditor interno.
- (D) o gerente de contabilidade.
- (E) o conjunto de empregados com funções significativas no controle interno.

6

Durante a execução do processo de auditoria, um auditor externo identificou outras deficiências de controle interno que não eram deficiências significativas, mas que poderiam ser de importância suficiente para merecer a atenção da administração. O auditor discutiu então os fatos e as circunstâncias das suas constatações com a administração.

Nesse caso, o auditor

- (A) deve realizar a comunicação formal, de modo tempestivo e por escrito, aos responsáveis pela governança.
- (B) deve determinar quais dessas deficiências merecem a atenção da administração, com base em seu julgamento profissional, para realizar a sua comunicação formal, por escrito.
- (C) pode considerar que foi feita comunicação verbal das outras deficiências na época dessas discussões, de modo que não precisa ser feita comunicação formal posteriormente.
- (D) pode considerar que foi feita comunicação verbal dessas outras deficiências na época dessas discussões, faltando apenas formalizar a comunicação realizada em documento por escrito.
- (E) deve levar em consideração a probabilidade e a possível magnitude de distorções que podem surgir nas demonstrações contábeis em decorrência dessas deficiências para realizar a sua comunicação formal.

7

De acordo com a NBC TA 315 (R2) — IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE, o auditor deve planejar e realizar procedimentos de avaliação de riscos para obter evidência de auditoria que forneça uma base adequada para a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante e o planejamento de procedimentos adicionais de auditoria. Avalie se os procedimentos de avaliação de risco devem incluir

- I. procedimentos analíticos;
- II. observação e inspeção;
- III. confirmação e reexecução;
- IV. indagações junto à administração e outros indivíduos apropriados da entidade.

Os procedimentos de avaliação de risco devem de fato incluir

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

Um auditor independente está realizando a auditoria da Cia X, que é usuária dos serviços da Cia Y. O auditor deve determinar se há entendimento suficiente acerca da natureza e da importância dos serviços prestados pela organização prestadora de serviços e seu efeito sobre o controle interno da entidade usuária para a auditoria, para fornecer uma base para a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante.

No entanto, o auditor não conseguiu obter entendimento suficiente da entidade usuária, de modo que deve obter esse entendimento por meio de outros procedimentos.

De acordo com a NBC TA 402 – CONSIDERAÇÕES DE AUDITORIA PARA A ENTIDADE QUE UTILIZA ORGANIZAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS, entre os procedimentos estão os a seguir elencados, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Entrar em contato com a organização prestadora de serviços, por meio da entidade usuária, para obter informações específicas.
- (B) Visitar a organização prestadora de serviços e executar procedimentos que fornecerão as informações necessárias sobre os controles relevantes daquela organização.
- (C) Utilizar outro auditor para executar procedimentos que fornecerão as informações necessárias sobre os controles relevantes da organização prestadora de serviços.
- (D) Obter o Relatório sobre a descrição e desenho de controles da organização prestadora de serviços ou Relatório sobre a descrição, desenho e efetividade operacional de controles da organização prestadora de serviços.
- (E) Pesquisar as informações necessárias em mídias que estão em domínio público.

9

Na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria, o auditor deve acumular distorções identificadas durante a auditoria que não sejam claramente triviais.

De acordo com a NBC TA 450 (R1) – AVALIAÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS DURANTE A AUDITORIA, quando há alguma incerteza sobre se um ou mais itens são claramente triviais, a distorção

- (A) é descartada.
- (B) é considerada parcialmente trivial.
- (C) é considerada como não sendo claramente trivial.
- (D) é considerada em conjunto, mas não individualmente.
- (E) não é considerada e o fato é divulgado no relatório do auditor.

10

De acordo com a NBC TA 510 (R1) – TRABALHOS INICIAIS- SALDOS INICIAIS, o trabalho de auditoria inicial é um trabalho em que

- (A) as demonstrações contábeis auditadas dizem respeito ao início do ano ou do trimestre.
- (B) a entidade auditada não existia no período anterior ou existia sob outra forma jurídica.
- (C) a entidade auditada não existia no período anterior ou as suas demonstrações contábeis não foram auditadas.
- (D) a entidade não existia no período anterior, ou as demonstrações contábeis foram auditadas por outro auditor independente.
- (E) as demonstrações contábeis do período anterior não foram auditadas ou foram auditadas por auditor independente antecessor.

11

De acordo com A NBC TA 540 (R2) – AUDITORIA DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES RELACIONADAS, as transações da entidade e outros eventos ou condições podem gerar a necessidade de, ou mudanças nas, estimativas contábeis a serem reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

Entre as mudanças em circunstâncias que podem gerar a necessidade de, ou alterações nas, estimativas contábeis estão:

- (A) a entidade se envolveu em novos tipos de transações e os termos das transações mudaram.
- (B) novos eventos ocorreram e houve mudança na base de mensuração de um elemento contábil.
- (C) novas condições observadas e adoção inicial de norma contábil.
- (D) os termos das transações mudaram e adoção inicial de norma contábil.
- (E) a entidade julgou que uma base de mensuração alternativa representava melhor sua realidade e se envolveu em novos tipos de transações.

Um auditor independente tomou conhecimento, após a data do seu relatório, mas antes da data de divulgação das demonstrações contábeis, de fato que, se fosse do seu conhecimento na data do relatório, poderia tê-lo levado a alterar seu relatório.

Independentemente de haver alterações futuras nas demonstrações contábeis, nesse caso o auditor deve

- (A) executar procedimentos de auditoria adicionais.
- (B) refazer a execução dos procedimentos de auditoria realizados.
- (C) discutir o assunto com a administração e determinar se as demonstrações contábeis precisam ser alteradas.
- (D) notificar a entidade reguladora a respeito da inconsistência em seu relatório.
- (E) contactar os auditores que irão auditar as demonstrações contábeis no exercício seguinte para informá-los do assunto.

13

Uma entidade elaborou suas demonstrações contábeis utilizando a base contábil de continuidade operacional. No entanto, o auditor julgou que o uso dessa base, pela administração, nas demonstrações contábeis é inapropriado.

Nesse caso, o auditor deve expressar uma opinião

- (A) adversa, caso não haja divulgação da inadequação do uso da base contábil de continuidade operacional pela administração.
- (B) adversa, independentemente de as demonstrações contábeis incluírem divulgação da inadequação do uso da base contábil de continuidade operacional pela administração.
- (C) sem ressalva, sendo apropriado ou necessário incluir um parágrafo de ênfase em seu relatório para chamar a atenção do usuário.
- (D) com ressalva, destacando em seu relatório a discordância com a entidade e que a base contábil utilizada não condiz com a sua orientação.
- (E) com ressalva, destacando em seu relatório que pode haver distorções nas demonstrações contábeis ocasionadas pelo uso da base contábil.

14

Um auditor obteve evidência de auditoria de que existe distorção relevante nas demonstrações contábeis do período anterior sobre as quais foi emitida anteriormente uma opinião sem modificação e os valores correspondentes não foram adequadamente ajustados ou não foram feitas divulgações apropriadas.

De acordo com a NBC TA 710 (R1) — INFORMAÇÕES COMPARATIVAS- VALORES CORRESPONDENTES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS, nesse caso, o auditor deve expressar, em seu relatório sobre as demonstrações contábeis do período corrente, uma opinião

- (A) com ressalva, sobre a falta de correção das distorções apresentadas nas demonstrações contábeis.
- (B) adversa, sobre a falta de correção das distorções apresentadas nas demonstrações contábeis.
- (C) com abstenção, sobre o efeito na comparação dos valores correntes com relação aos valores correspondentes nelas incluídos.
- (D) com ressalva ou adversa, sobre o efeito na comparação dos valores correntes com relação aos valores correspondentes nelas incluídos.
- (E) adversa ou com abstenção, sobre a impossibilidade de elaborar uma opinião confiável sobre as demonstrações contábeis.

15

Em relação ao objetivo do auditor ao aplicar as normas de auditoria no exame de demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de relatório financeiro para propósitos especiais, considere os fatores a seguir:

- I. A aceitação do trabalho.
- II. O planejamento e a execução do referido trabalho.
- III. A formação da opinião e a emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TA 800 – CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS- AUDITORIAS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS DE ACORDO COM AS ESTRUTURAS CONCEITUAIS DE CONTABILIDADE PARA PROPÓSITOS ESPECIAIS, o objetivo do auditor, ao aplicar as normas de auditoria no exame de demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de relatório financeiro para propósitos especiais, é tratar apropriadamente as considerações especiais que são relevantes para o(s) fator(es)

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Com relação ao trabalho de revisão das demonstrações contábeis históricas, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A revisão das demonstrações contábeis históricas é um serviço de asseguração limitada indicado para entidades de pequeno porte e pouca complexidade em seus relatórios financeiros.
- () Na revisão de demonstrações contábeis, o auditor expressa uma conclusão que tem como objetivo aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a elaboração das demonstrações contábeis da entidade, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- ()O auditor executa principalmente indagações e aplica procedimentos analíticos para obter evidências apropriadas e suficientes, como base para expressar uma conclusão de conformidade com os requisitos da norma sobre as demonstrações contábeis como um todo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V V V.
- (B) V-F-V.
- (C) V-V-F.
- (D) F V V.
- (E) F-V-F.

17

De acordo com a NBC TR 2410 – REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS EXECUTADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE, o auditor e o cliente devem chegar a um acordo comum sobre os termos do trabalho.

Os termos acordados do trabalho são geralmente registrados em uma carta de contratação. Avalie se essa carta de contratação ajuda a evitar mal-entendidos com relação à natureza do trabalho e, em particular, em relação

- I. ao objetivo da revisão de informações intermediárias e ao seu alcance;
- II. às responsabilidades da administração;
- III. à extensão das responsabilidades do auditor;
- IV. à natureza e à forma do relatório;
- V. à segurança obtida.

Estão corretos

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

18

De acordo com a NBC TO 3000 – TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, em todos os casos em que uma segurança razoável ou limitada, conforme apropriado, não puder ser obtida e uma conclusão com ressalvas no relatório de asseguração do auditor independente for insuficiente, nas circunstâncias, para os propósitos do relatório aos usuários previstos, o auditor independente deve

- (A) abster-se de emitir uma conclusão e informar às entidades reguladoras, de modo tempestivo, sobre os fatos observados.
- (B) emitir um relatório com opinião adversa e informar às entidades reguladoras, de modo tempestivo, sobre os fatos observados.
- (C) emitir um relatório com opinião adversa ou com abstenção de opinião, de acordo com a recepção da entidade em relação às observações do auditor.
- (D) abster-se de emitir uma conclusão ou se retirar do trabalho, quando tal retirada for possível de acordo com as leis ou regulamentos aplicáveis.
- (E) emitir um relatório com opinião adversa ou se retirar do trabalho, quando tal retirada for possível de acordo com as leis ou regulamentos aplicáveis.

De acordo com a NBC TSC 4400 – TRABALHOS DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS, o auditor deve exercer julgamento profissional ao aceitar, conduzir e emitir relatório sobre trabalho de procedimentos previamente acordados, levando em consideração as circunstâncias do trabalho.

Na apresentação de relatório sobre o trabalho, o julgamento profissional pode ser exercido por meio da

- (A) determinação de que as condições de aceitação e continuidade do trabalho foram atendidas.
- (B) descrição das constatações de maneira objetiva e suficientemente detalhada, incluindo quando são encontradas exceções.
- (C) determinação dos recursos necessários para realizar os procedimentos conforme acordado nos termos do trabalho, incluindo a necessidade de envolver especialista do auditor.
- (D) discussão e concordância com a parte contratante sobre a natureza, a época e a extensão dos procedimentos a serem realizados, levando em consideração o objetivo do trabalho.
- (E) determinação das ações ou respostas apropriadas se, ao realizar os procedimentos previamente acordados, o auditor tomar conhecimento de assuntos que podem indicar fraude ou um evento de não conformidade identificada ou suspeita com leis ou regulamentos.

20

De acordo com a CTA 02 – EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, a Demonstração do Valor Adicionado é obrigatória, segundo a legislação societária brasileira, somente para as companhias abertas, enquanto de acordo com as normas contábeis internacionais, deve ser considerada uma informação suplementar.

No relatório do auditor independente, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser tratada

- (A) como uma ressalva, no parágrafo da opinião.
- (B) em parágrafo de ênfase, antes do parágrafo da opinião.
- (C) em parágrafo de outros assuntos, após o parágrafo da opinião.
- (D) em parágrafo de responsabilidade dos auditores independentes, após o parágrafo da opinião.
- (E) em parágrafo de responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis, antes do parágrafo da opinião.

21

Segundo a NBC TA 620 — UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, as equipes de trabalho têm o direito de confiar no sistema de controle de qualidade da firma de auditoria, a menos que as informações fornecidas pela firma ou por outras partes sugiram de outra forma.

A extensão da confiança irá variar com as circunstâncias, e pode afetar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos do auditor com relação aos seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Competência e habilidade por meio de programas de recrutamento e treinamento.
- (B) Objetividade: os especialistas da administração, quando internos, estão sujeitos a exigências éticas relevantes, incluindo aquelas pertinentes à independência.
- (C) Adesão aos requisitos regulatórios e legais por meio de processos de monitoramento.
- (D) Acordo com o especialista do auditor.
- (E) Avaliação do auditor sobre a adequação do trabalho do especialista do auditor.

22

A NBC TA 220 (R3) dispõe sobre controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis. À luz da referida norma, a definição "um único profissional, sociedade, empresa, outra entidade de profissionais da contabilidade ou seus equivalentes no setor público" refere-se

- (A) à firma.
- (B) à equipe de trabalho.
- (C) ao revisor da qualidade do trabalho.
- (D) à revisão da qualidade do trabalho.
- (E) à rede.

Uma empresa S.A. apresentou um lucro líquido de R\$3.000.000. Os responsáveis pela governança acreditam que a materialidade deva ser de 8% e os auditores independentes acreditam ser de 10% o percentual de referência apropriado para a materialidade global. Para determinar o valor final da materialidade, os auditores também devem considerar se quaisquer fatores qualitativos são relevantes, mas os auditores independentes não identificaram esses fatores.

Para determinar as distorções toleráveis os auditores independentes determinaram um percentual de 50% da materialidade global. Considerando-se as informações apresentadas, os auditores independentes identificaram uma distorção tolerável de

- (A) R\$150.000.
- (B) R\$240.000.
- (C) R\$300.000.
- (D) R\$1.500.000.
- (E) R\$3.000.000.

24

Fonte de informação externa é um indivíduo ou organização externa que fornece informação utilizada pela entidade na elaboração das demonstrações contábeis, ou que foi obtida pelo auditor como evidência de auditoria, quando tal informação é apropriada para utilização por diversos usuários.

De acordo com a NBC TA 500 (R1), norma que trata de Evidência de Auditoria, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Um indivíduo externo ou organização externa não pode ser fonte de informações externa e especialista da administração, ou organização de serviços ou especialista do auditor ao mesmo tempo.
- (B) É menos provável que um conjunto específico de informações seja adequado para o uso por grande número de usuários e mais provável que ele esteja sujeito à influência de qualquer usuário específico caso o indivíduo externo ou a organização externa o fornece para o público de graça ou em troca do pagamento de uma taxa.
- (C) Um indivíduo externo ou organização externa pode atuar como especialista da administração enquanto fornece um conjunto de informações específico, mas pode atuar como fonte de informações externa quando fornece um conjunto de informações diferente.
- (D) O julgamento profissional pode ser necessário, em algumas circunstâncias, para determinar se o indivíduo externo ou a organização externa está atuando como fonte de informações externa ou como especialista da administração com relação a um conjunto de informações específico.
- (E) Os procedimentos substantivos compreendem testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos. A definição de procedimentos substantivos inclui a identificação de condições relevantes para o propósito do teste que constituem distorção na afirmação relevante.

25

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria para conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que possibilite ao auditor obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho.

Com relação às evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta, com base na NBC TA 500 (R1).

- (A) Adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor.
- (B) Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião obtidas exclusivamente nas demonstrações contábeis.
- (C) Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião obtidas exclusivamente de fontes diversas das demonstrações contábeis.
- (D) Suficiência da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria que é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e pela qualidade da evidência de auditoria.
- (E) Quando o auditor não tem base suficiente para considerar a relevância e a confiabilidade das informações de fonte de informações externa, o auditor pode ter uma limitação de escopo se a evidência de auditoria apropriada e suficiente puder ser obtida por meio de procedimentos alternativos.

Questão Discursiva 1

Um auditor independente realiza anualmente a auditoria externa de uma sociedade empresária, de grande porte, que trabalha diretamente com o público.

Para identificar litígios e reclamações envolvendo a empresa, que podem gerar um risco de distorção relevante, o auditor independente definiu e executou procedimentos de auditoria.

Com base na NBC TA 501 – EVIDÊNCIA DE AUDITORIA- CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ITENS SELECIONADOS, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Indique três procedimentos de auditoria que o auditor pode executar para identificar os litígios e reclamações envolvendo a empresa.
- B) Indique o procedimento adequado do auditor, caso identifique riscos de distorção relevante com relação aos litígios e reclamações.
- C) Explique quando o auditor deve modificar a opinião em seu relatório de auditoria em relação aos litígios e reclamações.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

A NBC TA 520 - PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS estabelece a necessidade de realização de tais procedimentos na auditoria, além de destacar a importância do seu uso na fase de planejamento, para fins de obtenção de evidências e para a formação da opinião da Auditoria.

Em relação ao tema, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Defina procedimentos analíticos, de acordo com a NBC TA 520.
- B) Indique o que os procedimentos analíticos compreendem.
- C) Se os procedimentos analíticos executados de acordo com essa Norma identificarem flutuações ou relações que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem dos valores esperados de maneira significativa, explique como o auditor deve examinar essas diferenças.
- D) Explique sucintamente como os Procedimentos Analíticos podem auxiliar o auditor na formação da opinião da Auditoria.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

